

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Itana Nascimento Cleomendes dos Santos¹; Marcelo Pereira²; Maria Raidalva Nery Barreto³.

¹Doutoranda em Difusão do Conhecimento, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia; ²Doutor em Genética, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, São Paulo; ³Doutora em Educação e Contemporaneidade, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, (IFBA), Salvador, Bahia.

DOI: 10.47094/IIICNNEP.2022/162

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19. Sindemia. Obesidade

ÁREA TEMÁTICA: Educação em Saúde

INTRODUÇÃO

O contexto atual tem se revelado um dos momentos de maiores incertezas para a humanidade tendo em vista o surgimento do SARS-CoV-2, um vírus da família *Coronaviridae*, causador da recente pandemia de Covid-19.

Ao provocar recessões em várias partes do planeta, a pandemia acabou acentuando a condição de insegurança alimentar, que é quando não se tem acesso pleno e permanente a alimentos. Tal condição acaba acentuando a conformação de dois extremos: o primeiro refere-se à desnutrição e o segundo associa-se ao aumento do sobrepeso e da obesidade, que incidem de forma substancial em crianças e adolescentes. Estas questões têm sido alvo de estudos e discussões de especialistas durante décadas e, atualmente, vêm sendo assinaladas por vários relatórios de organizações que apontam a urgência de se reverter esse cenário até 2030 (FIOCRUZ, 2012).

Distintas adversidades levam a nomear o presente momento não mais de pandemia, mas de sindemia, situação conhecida como aquela em que existe uma confluência de uma série de doenças e a intensificação das mesmas ao relacionar-se em um contexto social, ambiental e econômico, caracterizado por uma intensa desigualdade social (VEIGA-NETO, 2020).

Dessa forma, faz-se necessário recorrer às políticas de alimentação e nutrição, a partir dos diversos documentos e programas que a constituem, sobre como elas podem contribuir, em meio a produção e difusão do conhecimento, sobre a discussão a respeito de segurança alimentar e nutricional.

Posto isto, o objetivo do presente trabalho é apresentar como alguns documentos oficiais relacionados à promoção da alimentação saudável abordam o contexto de insegurança alimentar e nutricional da população, que se intensificou com o surgimento da pandemia.

METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo proposto, o processo dessa investigação utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica que contemplou a leitura exploratória de documentos oficiais que compõem as políticas de alimentação e nutrição e *sites* institucionais que contribuem com as discussões relacionadas à saúde, alimentação e nutrição.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atualmente, conforme o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI 2021)*, houve um aumento de pessoas passando fome no mundo com o surgimento da pandemia do novo coronavírus. A pandemia gerou um impacto avassalador na economia mundial que com a força da recessão de vários países, levou populações ao redor do mundo ao risco da insegurança alimentar e nutricional, afetando de forma mais impactante as crianças.

O relatório *Situação Mundial da Infância 2019: crianças, alimentação e nutrição*, apontou que a fome oculta entre as crianças menores de 5 anos chega a aproximadamente 340 milhões. A fome oculta, que é caracterizada pela falta de nutrientes essenciais, como, por exemplo, vitamina A e o ferro, pode acarretar déficits no crescimento assim como em todo o processo de desenvolvimento da criança. Esse documento também assinalou que 40 milhões de crianças no mundo estavam com sobrepeso ou obesas.

Apesar de no Brasil ter sido registrada uma redução da taxa de desnutrição crônica entre menores de 5 anos de 1990 a 2006 (19% e 7%, respectivamente), estudos têm indicado o aumento de consumo de alimentos ultraprocessados (com baixo valor nutricional e ricos em gorduras, sódio e açúcar). Este consumo tem acarretado a elevação de taxas de sobrepeso e obesidade, levando uma em cada três crianças de 5 a 9 anos a apresentar excesso de peso. Ainda conforme os dados, entre os adolescentes temos entre 17% e 8,4% de obesos, o que pode acarretar o aparecimento de diabetes tipo 2 e depressão, classificadas como Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), de acordo, com Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10).

Dessa forma, a obesidade, além de ser um dos principais problemas de Saúde Pública atualmente, é considerada um dos principais agravantes para o desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis. A ocorrência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), assim como de seus agravantes e da desnutrição crônica, são consequências não só das desigualdades sociais geradas pelas crises econômicas, como também das intensas mudanças nos hábitos alimentares da população.

Segundo Zavala (2021), representante da FAO no Brasil, a pandemia colocou milhares de pessoas da região da América Latina e do Caribe em situação de extrema pobreza ao provocar uma diminuição do poder de compra das pessoas afetando assim, não tão somente a quantidade, mas também a qualidade dos alimentos consumidos pelas pessoas.

Nessa perspectiva, podemos citar também a contaminação alimentar que, segundo a Organização Mundial da Saúde (2020) – OMS -, anualmente é responsável pelo adoecimento em média de 600 milhões de pessoas no mundo. A contaminação é ocasionada, principalmente, pela falta de boas práticas de manipulação de alimentos, sejam elas no processo de fabricação ou nos estabelecimentos de consumo direto de alimentos. Além disso, temos também o aumento ou a ingestão de comida por questões de frustração, ansiedade, além da Síndrome do Comer Noturno, provocado por mudanças neuroendócrinas resultantes do estresse (HARB et al., 2010), que durante a pandemia passaram caracterizar cada vez mais os hábitos alimentares da população.

Um outro documento relacionado a essas discussões é o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para as políticas públicas, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2012. Este documento normativo foi elaborado de forma coletiva e participativa pelos vários atores sociais dos diversos setores da sociedade brasileira, que acreditam que a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) pode contribuir para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e para um Brasil saudável (BRASIL, 2012).

Já o documento *Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da obesidade*, criado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2014) possui o intuito de fornecer orientações de forma articulada, conjunta e intersectorial para o enfrentamento do sobrepeso e obesidade e seus determinantes no País, fazem parte das políticas públicas para a promoção da alimentação saudável. O estabelecimento de documentos como esses se constitui como forma de enfrentamento à realidade em meio aos fenômenos sociais emergentes.

Diante dessa realidade, não somente fazem-se necessárias transformações nas condições de vida da sociedade e nos hábitos alimentares como também conta-se com a EAN, que se estabelece como um importante instrumento para promoção de hábitos alimentares saudáveis, recomendada pelas políticas públicas em alimentação e nutrição (RAMOS; SANTOS; REIS, 2013), mas também, com as contribuições que as discussões da Geografia da Saúde possam proporcionar. Isso porque, na perspectiva de Penso e Périco (2016), a mesma surge como um contributo para a análise das ocorrências em saúde, ao se tentar empreender a relação existente entre o espaço geográfico e as ocorrências em saúde, uma vez que sabemos que o ambiente exerce papel fundamental no processo de saúde e doença da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia vem nos desafiando nos diversos âmbitos de nossas vidas, sendo eles de ordem social, econômico, cultural, emocional e educacional. O âmbito de ordem educacional, portanto, reivindica a inserção e a integração de conhecimentos, não somente como parte fundante a favor da vida, da saúde, mas consequentemente para o enfrentamento da pandemia e das consequências advindas dela.

Sendo assim, o estudo evidencia que o contexto atual passou a demandar ainda mais o conhecimento de diversos documentos oficiais e das diversas áreas do conhecimento, no intuito de favorecer a superação de vulnerabilidade da população, principalmente na situação de insegurança alimentar e nutricional.

Desse modo, pretende-se com a pesquisa contribuir para uma maior compreensão sobre a importância dos aportes de documentos oficiais para as discussões sobre a insegurança alimentar e nutricional e sinaliza o auxílio que a Geografia da Saúde pode proporcionar para tais discussões. Isso porque, a Geografia da Saúde, além de proporcionar apoio para a apreensão dos determinantes de saúde e doença e para as repercussões das/nas distintas esferas da vida, também pode demonstrar a sua importância no que diz respeito a fornecer conhecimentos que estejam dotados de sentido de responsabilidade social e que sirvam de amparo para a busca por respostas e ao enfrentamento das crises da humanidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade*: recomendações para os estados e municípios. Brasília, DF: CAISAN, 2014a. Disponível em: <https://goo.gl/heZ8Bh>. Acesso em: 17 out. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/k6Yg6T>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CAZARRÉ, Marieta. Unicef: 1 a cada 3 crianças menores de 5 anos não cresce adequadamente. *Agência Brasil*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-10/unicef-1-cada-3-criancas-menores-de-5-anos-nao-cresce-adequadamente>. Acesso em: 18 de out. 2019.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *A saúde no Brasil em 2030: diretrizes para a prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Ipea, Ministério da Saúde, Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012.

HARB, Ana Beatriz Cauduro; CAUMO, Wolnei; RAUPP, Priscila; HIDALGO, Maria Paz Loayza. Síndrome do comer noturno: aspectos conceituais, epidemiológicos, diagnósticos e terapêuticos. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.23, n.1, p. 127-136, jan./fev. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732010000100014>. Acesso em: 10 julho 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *FAO: fome aumenta no mundo e afeta 821 milhões de pessoas*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/amp/>. Acesso em: 18 de out. 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Segurança alimentar é responsabilidade de todos*. Disponível em: [Segurança dos alimentos é responsabilidade de todos - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](https://www.paho.org/pt/seguranca-dos-alimentos-e-responsabilidade-de-todos). Acesso em: 24 de out. 2021.

RAMOS, F. P.; SANTOS, A. da S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 29, n.11, p.2147-2161, nov., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n11/03>. Acesso em: 11 de out. 2019.

VEIGA-NETO, ALFREDO. Mais uma lição: sindemia covídica e educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.45, n.4, 2020. (Seção temática: as lições da pandemia). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236109337>. Acesso em: 09 de mai. de 2022.

ZAVALA, Rafael. *Conselho Federal de Nutricionistas*. 23, julho de 2021. Disponível em: [Relatório da ONU revela que a pandemia contribui para o agravamento da fome - CFN](https://www.cfn.org.br/relatorio-da-onu-revela-que-a-pandemia-contribui-para-o-agravamento-da-fome). Acesso em: 04 de mai. 2022.